

II – O intelectual e a política

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. O intelectual e a política. In: *Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 17-24. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

II

O INTELLECTUAL E A POLÍTICA

UM TIPO DE OFÍCIO⁷

- Meu pai foi militar, como toda a minha família. Meu avô foi marechal. Republicano, quando Floriano subiu ao poder ele subiu junto. Até morava no velho palácio que depois ficou do Itamaraty. Como Floriano, era exaltadamente democrata. No fundo, era uma gente ligada à burocracia, ao Estado. E meu bisavô já tinha sido senador em Goiás.

Então o Senado já é uma “tradição” da família?

- É. Mas uma tradição local. Mas essa vida militar foi o tipo de influência que nós tínhamos. Meu pai acompanhava o Floriano na Praia Vermelha, onde assistiam às manobras da esquadra que queria bombardear o Rio. Então aprendemos que o Estado podia fazer essas e outras coisas e que havia uma pátria que devia ser defendida, uma escravidão que deveria ter sido abolida.

E essas eram as opiniões dos militares?

- Os militares eram contra os chamados “cartolas”, contra a oligarquia exportadora paulista, mas achando que São Paulo tinha o seu lado bom, como o velho Glicério da dissidência republicana, que meu avô conheceu quando veio organizar a Força Pública de São Paulo. Quando subiu Prudente, meu avô foi despachado para Mato Grosso.

E a formação de seu pai?

- Meu pai também era militar, com as origens de 22. Ele e meu avô, todos estavam na revolução. Enfim, essa geração toda que deu Juarez Távora, Prestes, Cordeiro de Farias. Mas meu pai, além de militar, formou-se em direito, tendo, portanto, uma formação diversificada. Na Revolução de 30 ele estava a favor. Mas depois achou que a turma “estava aproveitando muito”, e em 1932 eu acho que ele ficou mais a favor de São Paulo, por razões morais, apesar de meu tio-avô, general Espírito Santo Cardoso, estar do outro lado, como ministro da Guerra que era.

Quais eram os seus interesses?

- Nunca tive tentação forte para ser militar, porque meu pai já tinha deixado de ser. Meus interesses eram outros. Fui para a Faculdade de Filosofia da USP por influência de um professor secundário que tinha sido aluno dos “franceses”. Eu não tinha muita noção do que era o curso de Ciências Sociais, mas me interessava pelos assuntos brasileiros, principalmente por influência de um parente nosso, general Horta Barbosa, que tinha em sua casa um vidrinho de petróleo brasileiro. Assim, entramos todos na campanha do “petróleo-é-nosso”, até com um jornalzinho da escola secundária.

Ninguém sabia muito o que era sociologia naquele tempo...

- Até hoje ninguém sabe muito. Eu me interessava mais pela literatura. Tinha um contato com Décio Pignatary, com o Boris Fausto e os irmãos Campos, e até ajudei uma revistinha deles: *Revista dos Novíssimos*.

E a famosa Faculdade?

⁷ Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status*, fevereiro de 1978.

- Tinha um ambiente absolutamente singular. O que “nós fizemos mais tarde” se deve ao que foi realmente o clima da Faculdade, esse *background* progressista que mudou o tom dos meus interesses. Essa Faculdade foi criada curiosamente depois da derrota de 32 por Armando Salles e pelo pessoal do jornal *O Estado de S. Paulo*, da mesma forma que a Escola de Sociologia o foi pela turma do Roberto Simonsen. Eles pretendiam criar uma elite capaz de compreender o que estava acontecendo.

Como funcionava a Faculdade?

- Desde a fundação, começaram a vir para cá os famosos professores estrangeiros, principalmente os franceses. A geração de Antonio Candido e Florestan Fernandes pegou a fase áurea, até 1938. Eu, que sou de 1931, ainda peguei uma parte deles. Quando eu estava no segundo ano, todos os cursos eram dados em francês. Coisa que hoje nem se imagina. Fui aluno de Roger Bastide, Paul Ugon, Wolf, Morazé. O clima vinha desses homens e dos que já haviam feito a faculdade, como Antônio Cândido, Fernando Azevedo e Florestan, professor que naquele tempo me influenciava.

Mas vocês foram uns privilegiados?

- De fato, éramos uns doze ou quinze por classe. Eu não tinha maiores preocupações políticas, a preocupação era de estudar. Florestan era muito exigente. Exigia um padrão científico aliado à preocupação com a realidade nacional, e o Bastide o acompanhava nisso. Tinha amor pelo que estava acontecendo.

Foi fácil o encontro com esse espírito científico?

- Não. Houve um desencontro. Nós entramos para lá com idéias políticas, o Brasil, o povo, os ideais socialistas. E o professor Guerrault, especialista em Descartes, em pleno curso de Ciências Sociais, nos ministrava o mesmo currículo que dava no Collège de France, sobre Descartes e Kant. Eu ouvindo as leituras da “singularidade no pensamento de Descartes”, com dezessete anos. Se não fosse o professor Lívio Teixeira, que nos retransmitia as aulas, decididamente não teríamos podido acompanhar Kant. Só se passava do 1º para o 2º ano com *As regras do método* lidas.

E o que você lucrou com isso?

- Isso dava uma certa formação. Embora eu não seja filósofo, sei ler um texto. Todos, aliás. Quem teve essa formação cultural não mistura alhos com bugalhos. Se você tem uma boa formação, você também não desafina. Quando você está lendo um texto, não imputa ao autor a sua idéia. Você não procura ver no autor os seus problemas; tenta entender o que ele quis colocar. Isso é um método. Tanto faz o autor ser Hegel, Marx, Kant.

Todo o curso era nesse nível?

- Ao mesmo tempo que Roger Bastide nos fazia ler a obra de Bergson e fazer a comparação entre a noção de liberdade em Bergson e Mannheim, Florestan nos exigia um esforço no sentido de entender o Brasil. Ambos tentavam valorizar as técnicas de pesquisa e acabar com o sentido ensaístico em sociologia. Juntos íamos para as favelas, onde, mascando um charuto e arrastando um português afrancesado, Bastide se fazia entender perfeitamente. Isso nos motivava bastante para que tivéssemos uma atitude positiva com relação à pesquisa. Você vê, foram influências descontraídas — uma lá em cima, de filosofia, outra na favela, a sociologia empírica.

Vocês foram os beneficiários da guerra...

- Além da vinda dos franceses, nós indiretamente também fomos beneficiários de outra coisa: da Guerra Civil espanhola. Ela botou da Espanha para fora uma enorme quantidade de intelectuais de primeira linha que foram para o México e lá organizaram o Fondo de Cultura Económica, que até hoje é uma das maiores editoras mexicanas. Eles traduziram todos os textos alemães: Marx, Mannheim e tudo o que havia de importante na sociologia alemã. Sem eles, isso nunca chegaria aqui.

Um esquema desses pode mudar os rumos da cultura?

- É realmente significativo o que pode fazer, não uma pessoa, mas uma geração, e as que se sucedem. Antônio Cândido foi o produto mais harmonioso da Faculdade. De fato, pode-se exercer uma influência enorme. E isso é um problema que a universidade tem hoje no Brasil. Essa coisa que eu descrevi é obviamente uma educação de elite. Não dá para manter. De alguma maneira os objetivos da reforma universitária foram solicitados por nós mesmos. Essa mesma elite resolveu se preocupar com o outro lado da questão em vez de ficar elitista. Fernando Azevedo, Octávio Ianni, Antônio Cândido e vários outros resolveram se preocupar com o povo.

E a universidade hoje?

- Resolveu se massificar. Milhares fazendo vestibular. Isso é um sinal positivo. Mas a universidade não foi capaz de se transformar. Ela não se preparou para o ensino de massa. Perdeu um pouco o sentido, mas continua funcionando bem em vários setores. Continua produzindo suas teses. Mas com a pressão da opressão externa com a incapacidade de levar adiante a integração com os problemas do país, os problemas populares e simultaneamente o ensino de massa — isso vai ter efeitos desastrosos.

O que era fundamental?

- A pedra angular da formação da gente era fazer a tese. Sistema misto do francês. Fazer a grande tese. A tese *d'État*. Dessas cujos livros ficam de pé, como as nossas. A *Guerra dos Tupinambás*, de Florestan, é um livro básico. *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, é um livro que fica. A gente fazia o trabalho. Formamos um grupo que tinha ofício. Nós temos um ofício. Não é questão de você ter talento. É ter um ofício, ofício de escritor. Ofício de fazer pesquisa. E tudo se fazia aqui. Só depois se ia para o exterior.

Na Europa, o que você aprendeu?

- Eu, pessoalmente, não aprendi muita coisa no sentido de formação. Aprendi com o Tourraine, catedrático de sociologia na École d'Hautes Études, que já havia estado no Brasil, onde exerceu grande influência, por ser o primeiro a discutir o tema dos operários. Quando ele pegou nossos trabalhos sobre a classe operária em 58, disse: “Cuidado, vocês pensam que estão na Europa. Isso aqui (referia-se ao Brasil e à América Latina em geral) é uma sociedade onde os temas são outros. Há um movimento de formação da nação. E, prestem atenção: esse populismo que está aí, vocês têm que analisá-lo positivamente, para não pensar que é populismo e, portanto, não é consciência de classe”.

E o intelectual nisso tudo?

- Ser intelectual é você ser capaz de problematizar. Se você não tem problemas, você não é intelectual. A nossa questão é saber qual é o problema do Brasil. A força de um intelectual não é ele ser capaz de citar um tal autor, isso ou aquilo. É ele ser capaz de fazer as perguntas pertinentes, filtrando a sua experiência cultural diante de uma realidade que o desafia. Se você não é capaz de ter dúvidas, você não é intelectual. A definição do caipira, com maldade para o caipira, é do homem que não se espanta. A praça Vendôme para ele é igualzinho que nem Xiririca. Mas isso de se espantar não depende só de você, mas de a sociedade estar colocando problemas que te levam à dúvida.

A sua geração se questionou?

- Nós saímos muito acadêmicos da Faculdade. Depois de Jânio na Prefeitura você assiste à queda de Getúlio em 54. Há tentativas de golpe em 54 e depois em 55. Tem o novembro de 55 e vem o Juscelino. É uma fase de intenso movimento popular, panela vazia e outras passeatas. Havia forte pressão social, como hoje. Então nós podemos pensar que estamos na Europa, que a classe operária vai se fortalecer, que o populismo vai perder vigência e que você vai ter um comportamento mais de classe do que de massa. Essa é a grande discussão. Como naquele tempo foi a do nacionalismo, o problema dos partidos e o Iseb que colocava questões que não estavam nos nossos textos. É fácil dizer que o problema do nacionalismo é um problema burguês. Mas esse problema mexe com o Exército, a classe média, com os sindicatos, estudantes e grande parte do povo. Nós saímos da academia quando percebemos que a sociedade brasileira começou a colocar questões. Já a minha tese de livre-docência, diferente da anterior que explicava como se aplicam os métodos dialéticos, é sobre os empresários, como a do Octávio Ianni foi sobre o Estado.

Isso mudou a visão?

- Com Florestan e Touraine fizemos estudos sobre sociologia industrial do trabalho. Nas pesquisas eu vi que as idéias que eu tinha sobre os empresários não funcionavam. As idéias eram as seguintes: vai haver um empresariado nacionalista que vai transformar o país em aliança com a classe operária e o povo e tal... Verifiquei que a idéia era outra: eles já estavam entrando em associação com empresários estrangeiros em geral e americanos em particular. E que já tinham medo do Estado, naquela época.

Como vocês saíram do casulo?

- Depois veio 64. Eu já tinha bastante leitura. Tinha publicado, mas basicamente no Brasil. Tinha um convite anterior e fui para o Chile, para a CEPAL. Já tinha estado na Europa, sofrido muita influência externa, mas não tinha influenciado lá fora. Entendi então a especificidade da situação latino-americana. A CEPAL contribuiu para que pensássemos nisso aqui e não na teoria clássica do desenvolvimento. Em vez de dizer que a divisão internacional do trabalho resolve tudo — como resolve, se nós exportamos produtos agrícolas e importamos produtos industriais, e se há uma diferença de valor do trabalho metido com esses dois que se perde na troca?

E quais foram os benefícios dessa abertura?

- Vimos que os problemas que nos pareciam brasileiros não eram apenas brasileiros, eram latino-americanos. Na minha geração, havia uma idéia de que nós não temos nada a ver com a América Latina, a ilusão de pensar que não somos latino-americanos. Celso Furtado já tinha passado por isso e, então, sucessivamente, pela primeira vez na história intelectual do Brasil, nossa consciência consistentemente se latinizou. Hoje eu vendo mais os meus livros fora do Brasil, com traduções espanholas, alemãs, francesas e americanas. O que *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* diz é que não se pode pensar nisso tudo sem a teoria científica, mas que isso tudo tem de ser recriado em função das perguntas pertinentes a situações reais. “As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.”

- O que os intelectuais precisam se indagar é: Qual é a nossa? Como é que se pode organizar e mudar a sociedade?

Qual seria a distinção entre o desempenho dos intelectuais e o da classe operária?

- O papel do intelectual não deve nem pode ser muito mais do que tentar articular as grandes linhas para serem submetidas ao debate. Eu acho muito perigoso quando um intelectual se supõe líder, pensa que substitui o pensamento efetivo das classes. Isso dá autoritarismo. Quando você está convencido de que sabe, vai impor ao outro que você sabe. E o intelectual, quase por profissão, é o homem que pensa que sabe. Então, deve ter uma participação ampla, mas controlada. O decisivo não pode ser dado por ele, deve ser dado pelos trabalhadores, pelas associações de bairro, pelos sindicatos, pelas igrejas, etc., etc., numa interação que controla a intelectualidade.

COISAS QUE OS LIVROS NÃO ENSINAM⁸

Quantos livros você já publicou, Fernando?

- Eu não poderia dizer o número exato; teria que olhar lá no meu *curriculum*, mas é qualquer coisa entre doze e quinze.

E tem algum período na sua produção literária que você considera mais fértil?

- Olha, se você olhar, vai ver que o primeiro livro que eu publiquei foi em 1960, que eu escrevi durante os anos 50. É um livro de pesquisa publicado na coleção Brasileira, aquela famosa coleção da Editora Nacional e com o qual nós ganhamos o Prêmio Fábio Prado, um livro que eu fiz com a colaboração do Octávio Ianni. Chama-se: *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, sobre as barreiras do negro no

⁸ Da entrevista a Oswaldo Martins, *Interview*, fevereiro de 1981.

Brasil, na região Sul do País. A esse seguiu-se um outro chamado *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, que foi a minha tese de doutoramento. Pra elaborar esses dois livros, especialmente o segundo, eu levei muitos anos; foram os primeiros. Depois, daí até 80, já publiquei 15 livros. Em média, um livro em cada 18 meses. Eu diria que foi com uma certa regularidade. Mesmo agora que estou tão envolvido na vida política, continuo publicando. Possivelmente, a época em que tive mais tempo para a vida intelectual foi a que eu estava fora do país. Entre 64 e 67, no Chile. E depois 67/68 na França.

Alguma vez você viveu de escrever livro?

- Não, não é possível. Eu digo que não é possível para quem faz livros do tipo que eu faço, que são livros científicos. Talvez um ou outro romancista, cito Jorge Amado, por exemplo, tenha uma renda razoável de livros. Mas a nossa renda é muito pequena, apesar da circulação entre o público para o qual eles se destinam ser elevadíssima. Eu tenho um livro, por exemplo, chamado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, que eu escrevi em espanhol e foi traduzido para o português, o italiano, o inglês, o francês, o alemão e está sendo traduzido para o persa e o japonês.

Então tem um livro seu que está escrito: “Tradução de fulano de tal para o português”?

- Não, não está assim porque eu mesmo revi a tradução. Esse livro, só em espanhol, já tem dezoito edições. Isso significa aproximadamente 100 mil exemplares em espanhol. E quando você vai ver a renda que um livro desses dá, é mínima. Eu devo receber de direitos autorais desse livro, no mundo hispânico, coisa de 60 mil cruzeiros por ano, já que é um livro de co-autoria com o meu amigo Enzo Faletto, e nós dividimos o que recebemos em dólar.

Mas de qualquer forma, você vive da sua atividade intelectual.

- Exclusivamente. Eu sempre vivi disso.

Como é a sua rotina de trabalho?

- Você tinha me perguntado se dava para viver de livro e eu disse que não. Mas o livro te dá um prestígio e conhecimento para que você possa ter trabalho intelectual que te remunere. E que trabalho é esse? Eu diria que há dois tipos de trabalho. Muitas vezes você faz alguns textos que não são propriamente literários e são mais técnicos, que são textos que remuneram bem. Eu funciono como especialista em matérias sobre desenvolvimento, por exemplo, às vezes para a ONU, às vezes para uma Universidade estrangeira, às vezes para um projeto de pesquisa aqui no Brasil. Um texto desses é bem pago. Conforme o texto eu posso receber de 5 a 10 mil dólares. Eu trabalho numa instituição chamada CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que é uma associação de vários pesquisadores e intelectuais, sem ligação nenhuma com entidades oficiais. Lá nós funcionamos como uma cooperativa, ou seja, nós temos dois tipos básicos de recursos. Uns são os recursos dados à instituição para que ela, no seu conjunto, faça os seus programas de pesquisas. Quem dá esses recursos? Às vezes as Nações Unidas, agências internacionais e nacionais de financiamento de pesquisas, principalmente nos países nórdicos, como Suécia, Holanda, Canadá. Os trabalhos são publicados e eles não pedem nada em troca, porque não há um fim prático e sim cultural. Você vê que os livros te dão o aval e o prestígio para pedir os recursos dessas agências. No Brasil há duas ou três instituições que financiam pesquisas. Uma é a FAPESP, ligada ao governo do Estado de São Paulo, e que financia pequenos projetos individuais. Outra é o CNPq e outra é a FINEP, que é ligada ao Ministério do Planejamento e a que tem mais recursos para pesquisa, financiando grandes projetos. A dificuldade aí é uma só: política. Aqui as organizações não são tão isentas da pressão política como acontece nos organismos internacionais. Devo dizer que se tem conseguido verbas para projetos com uma relativa isenção. No Brasil, já começa a se civilizar o mundo científico e, com uma pressão política bloqueada, você pode viver de pesquisa.

Você já escreveu muito sobre política. De dois anos para cá, desde que se candidatou a senador em 78, passou a fazer política na rua, comícios, andando por todo lugar, como candidato. Na prática a teoria é diferente?

- Na prática a teoria é um pouco diferente, sim. Eu acho que quando você está envolvido num processo

político concreto, tem que ganhar um sentido de realidade muito mais agudo, senão você tropeça. A dificuldade que eu vejo é de como guardar a fidelidade aos seus princípios e, ao mesmo tempo, transformar a ação em alguma coisa eficaz. Porque se você não guarda fidelidade aos seus princípios, você é um oportunista, ou um reles realista. E se você fica só falando em termos de seus princípios, fica um surrealista, uma pessoa deslocada, que não sabe dar o recado de uma maneira necessária, de um modo que as pessoas entendam esses princípios.

O que é que você aprendeu na prática política que você não tenha escrito em seus livros e não tenha lido em livros alheios?

- Para começar uma coisa bem geral. Quando você está fazendo uma análise, de alguma maneira, transforma as coisas, mesmo que não queira, em algo estático. Então você fecha um pouco. Na prática, percebe-se que os pontos de vista não podem ser fechados, eles têm que ter um ir e vir. Quem faz política tem que partir da idéia de que a sua opinião e a do outro são ambas modificáveis. Porque a política é justamente a mudança. Política não é simplesmente a reafirmação de um ponto de vista.

Não é uma ciência exata.

- É a mudança. Mas como é que você faz essa mudança? Isso eu acho que a gente aprende bastante, e ganha um certo sentido de humildade. Você percebe que o seu saber pode ser importante, mas ele não é tudo. E não adianta saber, se ele não convence. Para você convencer, veja a expressão que diz “convencer”, quer dizer, vencer junto. Quem tem o saber quer vencer, acredita que com um argumento vence, demonstra. Ele tem é que fazer com que as pessoas passem pelo seu percurso também. E tem também algumas outras coisas que eu não havia escrito. A relação política, que é uma relação de poder, é muito pessoal. Nós, quando escrevemos, falamos das estruturas, das classes, dos partidos, do Estado. Quando você está na política prática, tem uma relação muito mais pessoal. E esse vencer junto implica você aumentar o seu grau de sensibilidade. Eu senti que na relação política as pessoas te consomem fisicamente, até. Te pegam. Pelo menos aqui nos países latinos. Quando você vai a um comício, ou mesmo numa reunião fechada, as pessoas te dão abraços, te dão barrigadas, te apertam, e isso tem um valor simbólico. Você vê que a relação política não é fria, tem que transmitir alguma coisa que é muito pessoal. Isso eu nunca vi escrito dessa maneira. Como é que vamos fazer política no mundo contemporâneo, se a política, em si, exige essa presença física, quase de consumo, quando esse mundo é um mundo de massas e elas são anônimas? Se você tem que usar a televisão, o grande veículo da política moderna, e através dela não há esse consumo físico? Eu acho que na política do futuro nós temos que pensar na televisão, que é um veículo que te obriga a mudar o modo de fazer política, te obriga a ser mais argumentativo, mais informal. Não fica bem em televisão aquela gritaria que se faz em comícios... E não creio que os nossos políticos tenham tido um treinamento nessa matéria, que a gente aprende improvisando.

DUAS VOCAÇÕES⁹

O que significa ser um intelectual no Brasil?

- Ser subversivo. Não no sentido de pegar a pistola e sair por aí, mas no sentido de duvidar do que está sendo dito como verdade oficial em qualquer lado — existe a verdade oficial da oposição, também. Portanto, intelectual é a pessoa que, além de ser capaz de saber, faz perguntas. Questiona. No Brasil, o ofício é arriscado, pois volta-o contra a ordem dominante; o Estado vem, ataca-o e a universidade não o defende. Fica mais difícil ousar. Na França, nos EUA, quem é professor pode questionar e criticar, que a universidade resguarda. Lá a polícia não diz impunemente que você é comunista. Outro risco, no Brasil, é o da badalação: você vira gênio muito cedo, algo que consome a energia criativa. Quem acredita, julgando-se muito bom quando não é, está perdido — deixa de se expor, não muda: de opinião e se repete, repete, repete. Por isso viajo tanto. Aqui não há oxigênio suficiente para ser posto em xequê. E quando nos põem, é pelas razões erradas: você “já era”.

⁹ Da entrevista a Judith Patarra, *Nova*, novembro de 1981.

Os intelectuais têm grande vocação para intimidar os outros mortais. Por quê?

- A visão elitista brasileira; faz a pessoa que se distingue ser algo de intocável; muita gente não chega perto, sentindo um misto de respeito e raiva. Os intelectuais têm sua responsabilidade: querem marcar uma distância grande entre eles e o resto da sociedade. Mas quem conhece o mundo intelectual sabe que não há base para tanta intimidação: nas questões realmente importantes, fora da própria especialidade, todo mundo tateia. Até alguns que são gênios dizem muita bobagem quando falam de outros setores. O intelectual não é diferente do operário, do funcionário público.

E você? Sente distância em relação aos outros?

- Sim, e por razões contraditórias. Existe o tal distanciamento reverente diante do intelectual que sou. De outro lado, as pessoas querem proximidade com os políticos. Desejam-nos acessíveis. Como tenho essa duplicidade de papéis, a relação fica um pouco ambígua: acham a um só tempo que sou difícil de acesso e que estou querendo voto.

E a ambigüidade dentro de você?

- É complicado. A gente foi treinado na universidade para a vida científica, e com enorme estrelismo de intelectual: temos de descobrir as coisas primeiro e formulá-las depressa, antes dos outros. A própria ética da Ciência manda não calar devemos denunciar, falar. Já o estrelismo do político requer malícia, sagacidade: nem sempre ele pode abrir o jogo. Na lógica e mesmo na ética da política, para se obter um resultado, muitas vezes temos de nos calar; se a gente diz tudo o que sabe, não chega lá. O choque é real. Eu confesso o seguinte: normalmente, quando escrevo um trabalho de análise — à medida que posso estar consciente — procuro limitar a ótica partidária. Tento avançar a compreensão das coisas. Escrevo o que penso, faço a crítica e a autocritica da situação política, do partido ao qual estou ligado, tudo a um nível sem eficácia do ponto de vista da ação. Porém, quando escrevo para a imprensa cotidiana ou vou a encontros políticos, não levanto — mas também não nego certas questões colocadas no meu trabalho científico, politicamente inoportunas.

O jogo político enriquece a análise?

- Sim. Não sei se a recíproca é verdadeira. Em termos de ação, a análise pode até tolher. Olhe, não sou capaz de um discurso rigorosamente político. Conheço políticos que passaram muito tempo no exílio, se intelectualizaram e hoje são incapazes dos discursos de antes. Percebem a freqüente vacuidade do político, essa exaltação da emoção sem argumento.

Você não acha que mulheres evitam os partidos porque políticos são considerados corruptos?

- Bem, isso pode pesar um pouco. A imagem do político ainda é negativa. E piorou muito porque ao regime autoritário valia a pena depreciá-lo, afastando assim o povo da participação. Mas na verdade a corrupção é ligada ao aparelho do Estado, à alta burocracia. Por exemplo, a pessoa encarregada da seção de compras de uma grande empresa estatal vai fazer a compra, recebe dólar e o povo nem fica sabendo. O alto burocrata é que mama nas famosas tetas do Estado, não é? Depois, acho que vale a pena analisar o conjunto dos políticos e verificar se a imagem de corrupção é verdadeira. Conheço muitos políticos que chegaram ao Chile, exilados, sem tostão. Amigos intelectuais e eu fazíamos caixinhas de solidariedade para ajudá-los a sobreviver no começo. Eram extremamente pobres, apesar de ex-ministros, ex-deputados: Almino Afonso, Darcy Ribeiro, Max da Costa Santos são alguns que me ocorrem, sem falar de líderes sindicais como Salvador Losaco. E os que não se exilaram? Está aí Franco Montoro, com décadas de vida pública, e rigorosamente um homem de classe média; ou Saturnino Braga; e tantos outros, que não se locupletaram. Não quero dizer que sejam todos assim, mas não creio que a classe política seja particularmente corrupta. Nós temos de afastar essa imagem e eu sugiro que se faça um levantamento da vida dos deputados, senadores e que se torne obrigatória sua declaração de bens. A população temerosa de entrar nos partidos por causa da imagem de corrupção constataria que a maioria dos políticos é gente de classe média, com uma vocação muito maior para o poder do que para o dinheiro.

O que tanto atrai no poder?

- O aspecto de vaidade e a vocação para cacique — neste país, gostamos de mandar nos outros. Esses são aspectos negativos do poder, dos quais todos temos um pouco. Você mesmo tem de se auto-limitar, porque não é bobo. Limitações são também criadas se a população entra nos partidos reais, ou seja, aqueles formados por diretórios onde mulheres e homens votam, cobram. Faço a advertência porque há diretórios fantasmas, constituídos só pelas famílias e amigos de um político. Bem, excluídos aqueles aspectos, digamos, perversos — da vaidade, do caciquismo — há o lado positivo do poder: ser instrumento de transformação. O político de real vocação para o poder, o estadista, vai ajudar o povo a se organizar, pensar e votar sabendo o que faz; vai preparar a argumentação. Por exemplo, o que devemos fazer em relação ao petróleo? E à cana-de-açúcar? Democracia é muito mais deliberação que voto; e o debate precisa ser organizado.

De que forma você se descreveria como homem e político?

- Sou fundamentalmente um intelectual, embora não afaste o conhecimento intuitivo. A dimensão política disto é acreditar que as coisas são de um jeito, podendo sempre ser de outro: creio na conversa e na possibilidade de mudar a situação. Por freqüentemente me expor, achando que vou ganhar, pareço presunçoso. Mas é que não me desconcerta a variedade das coisas e expor-se, a meu ver, é um componente ético da condição intelectual.

Por enquanto você é suplente de senador. Valeria a pena ser o titular?

- Nem sei. Bem, em certos momentos. Por exemplo, se uma nova Constituição for discutida; ou leis importantes. Mas para a rotina da política não tenho paciência: debates, discussões, convencer as pessoas a entrar no partido. E, mais, impacientam-me as infundáveis especulações que os políticos gostam de fazer sobre o que vai acontecer amanhã, quem vai ser quem. São vazias, me cansam. Então, participo de forma dosada.